



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 1178/2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 963-77.2012.6.09.0050 (162.140/2012)

ORIGEM: JUÍZO DA 50ª ZONA ELEITORAL DE GOIÁS

PROMOTORA ELEITORAL: FABIANA CANDIDO MÁXIMO

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAL. CRIME DE FALSIDADE DOCUMENTAL (CE, ART. 350). MP ELEITORAL: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CÓDIGO ELEITORAL, ART. 357, §1º, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de procedimento instaurado a partir de informações oriundas de ação de prestação de contas eleitoral em que se constatou a eventual prática do crime de falsidade documental, previsto no artigo 350 do Código Eleitoral, decorrente da falta de registro de movimentações financeiras realizadas fora da conta de campanha.
2. O Promotor Eleitoral manifestou-se pelo arquivamento, por entender que inexistem indícios materiais suficientes para iniciar a persecução penal. Discordância do magistrado.
3. Consta dos autos sentença judicial que julgou desaprovadas as contas do investigado em razão da existência de elementos que apontam para a ocorrência de captação ou gastos ilícitos de recursos.
4. Indícios de que o investigado omitiu em sua prestação de contas declarações que delas deveriam constar, em especial doações em dinheiro e suas respectivas origens.
5. Cabe registrar, por oportuno, que o encerramento das investigações no atual estágio da persecução criminal apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.
6. Presentes indícios da autoria e da materialidade delitivas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*. Precedentes.
7. Designação de outro Membro do Ministério Público Eleitoral para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de procedimento instaurado a partir de informações oriundas de ação de prestação de contas eleitoral em que se constatou a eventual prática do crime de falsidade documental, previsto no artigo 350 do Código Eleitoral, decorrente da falta de registro de doações efetuadas à campanha eleitoral, atribuída a ALACIR FREITAS CARVALHO, candidato a Vereador do Município de Uruaçu/GO, pelo Partido Progressista, nas eleições de 2012.

As contas do investigado foram desaprovadas pela Justiça Eleitoral (fls. 70/71), sob o fundamento de que foram constatadas irregularidades relacionadas à movimentação de recursos financeiros fora da conta de campanha, em desacordo com os art. 17 da Resolução do TSE n. 23.376.

Instada a se manifestar, a Promotora Eleitoral pugnou pelo arquivamento, por entender que inexistem indícios materiais suficientes para iniciar a persecução penal (fl. 73).

O Magistrado Eleitoral, no entanto, discordou destes fundamentos e remeteu os autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. §1º do art. 357 do Código Eleitoral, c/c o art. 62, IV, da LC 75/93.

É o relatório.

O encerramento das investigações é prematuro, *data venia*.

Da narrativa dos fatos, constata-se indícios da prática do delito tipificado nos art. 350 do Código Eleitoral, *verbis*:

Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dêle devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:

Consta dos autos sentença judicial que julgou desaprovadas as contas do investigado em razão da existência de elementos que apontam para a ocorrência de

captação ou gastos ilícitos de recursos, uma vez que foram detectados movimentos financeiros fora da conta de campanha, impossibilitando a obtenção de informações a respeito da origem de parte considerável do dinheiro utilizado no pleito eleitoral.

Assim, há indícios de que o investigado omitiu em sua prestação de contas declarações que delas deveriam constar, em especial doações em dinheiro e suas respectivas origens, o que denota a prematuridade do arquivamento promovido pela Promotora Eleitoral.

Cabe registrar, por oportuno, que o encerramento das investigações no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

Assim, presentes indícios de autoria e da materialidade, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio do in dubio pro societate.

Com essas considerações, voto pela designação de outro Promotor Eleitoral para dar sequência à persecução criminal.

Devolvam-se os autos ao Procurador Regional Eleitoral em Goiás, com as homenagens de estilo, para cumprimento, cientificando-se a Promotora Eleitoral oficiante e Juiz Eleitoral.

Brasília/DF, 4 de março de 2013.

José Bonifácio Borges de Andrada
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular – 2ª CCR